

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.481 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2002



Jane de Araújo

Para Tebet, a decisão do TSE “gerou confusão” no meio político, mas ainda há tempo de corrigi-la

Tebet espera que liberdade nas coligações prevaleça

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou acreditar na aprovação do projeto de decreto legislativo que suspende a verticalização nas coligações partidárias determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A proposta, já aprovada no Senado, está na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

Condecoração a Alberto Fujimori pode ser anulada

PÁGINA 5

Projeto obriga presidente do BC a depor regularmente

PÁGINA 3

Projetos que combatem a violência chegam ao Plenário do Senado

Devem ser votados nesta semana três projetos que alteram o Código Penal visando acelerar a tramitação de processos na Justiça. As propostas foram enviadas pela Comissão Mista de Segurança.



Roque de Sá

O Plenário deve examinar extensa pauta no decorrer desta semana

Pauta inclui medidas provisórias e ampliação das guardas municipais

PÁGINA 3



Gerardo Magela

Homenagens ao índio e ao Exército

A necessidade de oferecer melhores condições de vida aos índios foi enfatizada por Marina Silva, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Edison Lobão. Marina protestou contra a construção de hidrelétrica em terras indígenas sem cumprimento de exigências legais. Mozarildo e Jucá prestaram homenagem ao Exército brasileiro, cujo dia também transcorreu na sexta-feira.

PÁGINA 8

Álvaro elogia o projeto que regula esporte

O projeto de lei de responsabilidade social do esporte, enviado pelo presidente Fernando Henrique ao Congresso, é “a mais expressiva contribuição da CPI do Futebol”, segundo o senador Álvaro Dias, que presidiu os trabalhos da comissão.

PÁGINA 4

Seminário discute realidade da educação infantil no país

Evento, que começa hoje, a partir das 9h, visa aprovar e divulgar carta de compromisso para cumprimento de metas contidas nos planos nacional, estaduais e municipais para o setor

Tebet recebe condecoração do Exército

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na última sexta-feira, do Comandante do Exército, general Gleuber Vieira, a medalha de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar. A solenidade, realizada no Setor Militar Urbano com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, marcou a comemoração dos 354 anos do Exército brasileiro.

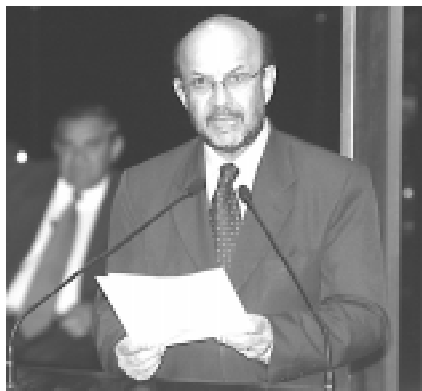
Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Tião Viana (PT-AC) também foram condecorados na mesma cerimônia. Segundo Gleuber Vieira, as medalhas foram concedidas em sinal de "justo e sincero reconhecimento da Força Terrestre à dedicação que ela tem merecido" dos agraciados.



Tebet foi homenageado com medalha de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar

Aprovar e divulgar uma carta de compromisso para o cumprimento das metas relativas à educação infantil contidas nos planos nacional, estaduais e municipais de educação são o principal objetivo do simpósio "Educação Infantil: Construindo o Presente", que será realizado amanhã e quarta-feira, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portella. O evento é promovido pelas Comissões de Educação do Senado e da Câmara, Unesco, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil e Universidade de Brasília (UnB).

Além do presidente do Senado, Ramez Tebet, também estarão presentes na abertura dos trabalhos o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves; e os presidentes das Comissões de



Evento irá propor soluções para educação infantil, diz Ricardo Santos

Educação da Câmara e do Senado, deputada Esther Grossi (PT-RS) e senador Ricardo Santos (PSDB-ES), respectivamente, entre outras autoridades.

Conforme Ricardo Santos, desde os anos 80 verifica-se aumento na demanda por educação infan-

til, como consequência da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, mas também pelo avanço no conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança.

No entanto, o senador informa que a prioridade atribuída à escolaridade obrigatória, estabelecida pela Constituição, tem gerado conflitos no atendimento ao direito ao ensino fundamental e na res-

posta à demanda crescente por educação infantil.

Propor soluções para os entraves ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, de expansão e aperfeiçoamento da educação infantil, é outro objetivo do encontro, informa Santos.

Filme sobre JK será apresentado quarta-feira

Como primeiro resultado dos seus trabalhos, a Comissão JK do Congresso Nacional apresentará, quarta-feira, no cafezinho do Plenário do Senado, para senadores, deputados e jornalistas, um curta-metragem de quatro minutos elaborado pela TV Senado sobre o centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek. É uma amostra do filme de 80 minutos que se encontra em fase final e que será exibido no dia 8 de maio, no Congresso Nacional.

Essa foi uma das decisões tomadas em reunião realizada pelo presidente da Comissão do Centenário de JK, deputado Paulo Octávio (PFL-DF), e pelo relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Participaram do encontro Aldeino Garcia Júnior, secretário-executivo da Comissão JK do Minis-



Presidida por Paulo Octávio, comissão prepara programa de atividades para a comemoração do centenário de Juscelino

tério da Cultura; Arthur de Moura Pedreira Neto e Helena Langoni Stein, assessores para a área da Cultura da Fundação Banco do Brasil; Virgínia Garcez, chefe de Redação da TV Senado; Petrus Elesbão Lima da Silva, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep); Sinaide N. da Sil-

va Santos e Maria Cristina Pedrinha de Lima, da Biblioteca do Senado; Roberto Giffoni e Renata Sanches Uzeda, do gabinete do deputado Paulo Octávio; Ary Cícero de Moraes Ribeiro, assessor do senador Francelino Pereira, e Janice de Carvalho Lima, secretária da comissão mista.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 16/01, altera a legislação tributária federal; MP nº 17/01, dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condécine) de que trata a MP nº 2.228-1; MP nº 18/01, dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo (GLP); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99 (votação nominal), altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do artigo 144 – guardas municipais); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: substitutivo do Senado ao PLC nº 26/99, estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; Parecer nº 278/02, submete à deliberação do Senado o nome de Max Hoertel para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; entre outras matérias.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLC nº 126/01, institui o Dia Nacional da Defensoria Pública; PLC nº 130/01, dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha; PLC nº 145/01, institui o Dia Nacional do Bacharel em Turismo; PLC nº 150/01, institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma; PLS nº 72/02, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal) relativos ao tribunal do júri; PDL nº 419/01, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre os governos do Brasil e da Romênia; entre outras matérias.

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC amplia competência das guardas municipais

Se votar amanhã três medidas provisórias cujo prazo de deliberação já se encontra esgotado, o Senado pode decidir sobre uma longa pauta. Uma das matérias em exame, além dos três projetos da Comissão de Segurança, é a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que amplia a atuação das guardas municipais, inserindo entre suas atribuições a proteção à comunidade local. A proposta inclui a criação, pela União, de uma guarda nacional destinada a proteger seus bens, serviços e instalações.

Para quarta-feira, está prevista a votação do substitutivo a projeto da Câmara restringindo o uso medicinal do silicone injetável. Pelo texto, o produto somente poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa, e desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha autorizado o uso e estabelecido critérios quanto à dose, concentração e forma de aplicação. A intenção é permitir que essa agência passe a atuar

de forma similar à Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos.

Na quinta-feira, o Senado deve deliberar sobre a venda de preservativos masculinos de látex de borracha. Oriundo da Câmara, o texto autoriza a comercialização desses preservativos em qualquer estabelecimento, independentemente do que conste em seu alvará de funcionamento. O projeto chegou ao Senado com dados da Organização Mundial da Saúde segundo os quais o Brasil ocupa o quarto lugar em número de casos de Aids. Ao apresentar parecer favorável à matéria, o senador Tião Viana (PT-AC) reconheceu que a medida será uma forma de aumentar os mecanismos de proteção contra o vírus HIV.

Ao longo da semana, o Plenário discute, em primeiro turno, proposta que permite a participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de mídia.



Emenda incluída na proposta de Tuma cria Guarda Nacional

José Cruz

Decisões do Copom poderão ser explicadas à Casa pelo BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã, às 10h, projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) determinando que o presidente do Banco Central – ou diretor por ele designado – compareça regularmente à comissão para explicar aos parlamentares as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom). Também está na pauta da CAE projeto de Hartung exigindo a presença do presidente do BC na comissão para explicar a execução da programação monetária ao final de cada trimestre.

O relator dos projetos, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou substitutivos para ambos. No primeiro caso, favorável à aprovação do projeto de Paulo Hartung. No segundo, o relator pede a aprovação de outra proposição sobre o mesmo assunto que tramita

conjuntamente, de autoria da CPI do Senado que investigou o sistema financeiro.

Nove dos 14 projetos da pauta da CAE têm caráter terminativo. Entre eles está incluída proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que permite aos motoristas de táxi a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a cada três anos, para compra do veículo de trabalho. Hoje a isenção se limita a uma compra. O relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), apresentou substitutivo.

Nesta quarta-feira, a CAE realiza audiência pública para ouvir exposição do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, sobre a operação ocorrida entre a instituição financeira e a Globo Cabo.



Projeto de Hartung determina presença do presidente da instituição

José Cruz



Projetos em exame no Plenário do Senado, oriundos da Comissão de Segurança, visam acelerar processos penais

Roosevelt Pinheiro

Plenário vota propostas de combate à violência

Os três projetos encaminhados pela Comissão Mista de Segurança alteram dispositivos sobre júri, interrogatório e provas processuais

O Plenário do Senado deve votar nesta semana três projetos de lei oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública, alterando dispositivos do Código de Processo Penal, com o propósito de acelerar a tramitação de processos na Justiça. Outros quatro projetos aprovados pelo colegiado já foram remetidos ao exame da Câmara dos Deputados. A comissão apresenta nesta quarta-feira o texto consolidado do relatório final com as 23 propostas que objetivam reduzir a violência no país.

Os projetos em análise no Senado – incluídos nas pautas de amanhã, de quarta e de quinta-feira – abordam questões relativas ao funcionamento dos tribunais de júri, aos procedimentos

de interrogatório do acusado e de sua defesa, e às provas dos processos.

O entendimento da Secretaria Geral da Mesa da Câmara é o de que os projetos para lá encaminhados, que também modificam a legislação penal, serão anexados, sob a forma de subsídios ou emendas, a projetos já em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJ) daquela Casa, e não como projetos autônomos. Para que as matérias seguissem direto para o Plenário, conforme entendimento do órgão, seria preciso que a comissão mista os apresentasse na condição de propostas do colegiado, e não de deputados ou senadores, isoladamente. Essa solução

pode ser adotada pela comissão na quarta-feira.

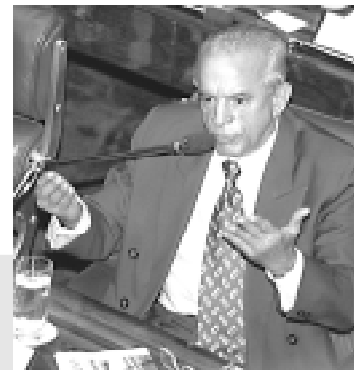
Já a Secretaria Geral da Mesa do Senado observa que os projetos originários de comissão mista não necessitam de análise por comissões e podem ser examinados diretamente pelo Plenário de cada uma das duas Casas Legislativas. Como as matérias não receberam emendas, já estão prontas para votação no Plenário da Casa.

Outras decisões da comissão mista começam a tramitar no fim do mês. Trata-se de matérias referentes a porte de arma de fogo; redução da maioria penal de 18 para 16 anos; combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao sequestro; e à unificação das polícias.

Novas regras devem acelerar julgamentos

A criação de uma polícia estadual única, formada pelas atuais corporações militares e civis, e a definição de novas leis que impeçam o adiamento dos julgamentos dos criminosos são duas das 23 propostas aprovadas em dois meses de trabalho pela Comissão Mista de Segurança Pública.

O presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), informou que as conclusões do colegiado, sob a forma de sete projetos de lei, já foram encaminhadas à Mesa do Congresso Nacional, que cuida da divisão e distribuição das matérias para as duas Casas Legislativas. O restante das proposições, inclusive aquelas que propõem emendas constitucionais, serão enviadas nesta semana.



Iris Rezende disse que rapidez na votação dos projetos atende a desejo da sociedade

José Cruz

para votação das proposições, já que este é o desejo da sociedade – enfatizou Iris Rezende.

Também o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), destacou o avanço alcançado pela comissão e disse acreditar que as matérias serão aprovadas no prazo de um mês, se essa for a vontade política do Parlamento. Ele esclareceu que questões não resolvidas no âmbito da comissão, como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, ficaram para discussão e decisão em Plenário.

– Nós avançamos dez anos na questão da segurança pública do país e o cidadão poderá perceber, em um curto espaço de tempo, que o bandido terá tratamento de bandido – disse o relator.

– A divisão atende a pressuposto regimental comum do Congresso, de alternância, visando à agilidade de tramitação das medidas tanto na Câmara quanto no Senado, ou seja, o sistema adotado é o mais rápido

Lei de responsabilidade vai mudar gestão do esporte, afirma Álvaro

Senador considera o projeto encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional como "a mais expressiva contribuição da CPI do Futebol", da qual foi presidente

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) considerou o projeto de lei de responsabilidade social do esporte brasileiro, assinado quinta-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, como "a mais expressiva contribuição da CPI do Futebol". Ele acrescentou que não bastaria à CPI concluir seus trabalhos indicando dirigentes corruptos para a Justiça julgá-los. "Seria necessária essa proposta de nova legislação que mude a gestão do esporte", destacou.

Nos últimos meses, Álvaro Dias desenvolveu uma série de gestões junto ao Ministério do Esporte e Turismo para que as propostas da CPI por ele presidida se transformassem em lei. "Com a mudança na legislação, teremos uma gestão em-

presarial, substituindo o amadorismo que oferecia oportunidade à corrupção", comentou.

Segundo o senador, a proposta encaminhada ao Congresso prevê que os clubes e entidades do esporte serão obrigados a publicar balanços, sofrerão fiscalização e seus dirigentes estarão sujeitos a responsabilidade civil e criminal, na eventual prática de ilícitos na gestão do futebol.

O decreto assinado pelo presidente da República regulamentando o Conselho Nacional do Esporte (CNE) também motivou comentários de Álvaro Dias. "O decreto permite a intervenção para que se destituam dirigentes envol-



Para Álvaro Dias, gestão empresarial tornará mais difícil a corrupção no esporte

vidos em falcaturas, e, sem dúvida, com isso o futebol passa a ser mais competente fora do campo, gerando mais empregos, mais renda, mais receita pública e contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento."

De acordo com o decreto, o CNE

é um órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento diretamente vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo. O conselho tem como objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física, bem como melhorar o padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte brasileiro.

ALTHOFF

Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI, opinou que o projeto de lei encaminhado ao Congresso é fundamental para que o futebol possa dispor de uma estrutura transparente e organizada. "Foi por essa razão que propusemos, na CPI do Futebol, de maneira pontual, essa legislação específica que chamamos de lei de responsabilidade social do futebol brasileiro", ressaltou.

Subcomissão do Esporte ouve Caio Carvalho em audiência pública



Geraldo Althoff pediu o comparecimento do ministro à Subcomissão do Esporte

A Subcomissão do Esporte realiza na quarta-feira, às 10h, audiência pública com o ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho. O assunto do debate serão as políticas implementadas e diretrizes futuras que nortearão o esporte no país. A presença do ministro foi requerida pelo senador Geraldo Althoff, que atuou como relator da CPI do Futebol.

No requerimento propondo a audiência pública com o ministro, Althoff avaliou a instalação da Subcomissão do Esporte, no âmbito da Comissão de Educação, como um dos fatos mais importantes para garantir o aprimoramento do esporte brasileiro. "Não só do ponto de vista dos esportes de competição como da prática esportiva em geral", acrescentou o senador.

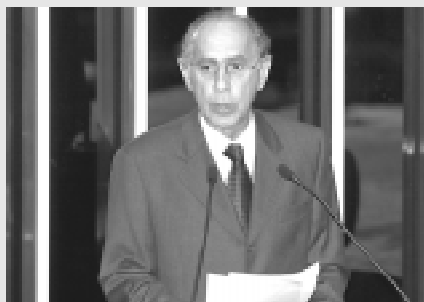
Althoff lembrou que a subcomissão foi criada a partir das constatações feitas pela CPI do Futebol quanto à necessidade de que o Senado acompanhasse, de maneira mais efetiva e constante, as políticas governamentais relacionadas ao esporte. "Assim, nada mais natural que, em um primeiro momento, esta subcomissão ouça o atual ministro do Esporte e Turismo."

Infra-Estrutura discute convocação de ministros

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa em reunião marcada para amanhã, a partir das 17h30, requerimentos de convocação dos ministros dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, e de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para debater as condições das estradas federais e a situação do Programa Energético Nacional, especialmente o andamento das obras das usinas termelétricas. Os requerimentos foram encaminhados pelos senadores

Mauro Miranda (PMDB-GO) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ), respectivamente.

Outro requerimento, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), propõe reunião da CI com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para que ele relate as medidas de ampliação e melhoramento nos aeroportos brasileiros com vistas ao incremento do turismo. Também será analisado requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)



Mauro Miranda quer ouvir ministro dos Transportes sobre a situação das rodovias

solicitando a realização de audiência pública com representantes das empresas de transporte aéreo regional Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba. A proposta tem a finalidade de instruir o projeto de lei que trata do Adicional Tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas.

Na mesma reunião, será examinada a indicação de Luiz Gui-

lherme Schymura de Oliveira para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga antes ocupada por Renato Navarro Guerreiro, e a proposta do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) de vedar a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.



Pedro Simon diz que quer colocar na legislação o que os juizes já vêm aceitando

Penhora de tratores pode ser proibida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará na quarta-feira, a partir das 10h, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a penhora de tratores, máquinas e outros equipamentos usados pelos agricultores em seu trabalho. Simon diz que o Código de Processo Civil prevê a impenhorabilidade de instrumentos necessários ao exercício da profissão, mas os advogados de bancos ignoram essa norma e sempre pedem à justiça a penhora de tratores.

O projeto colocará na legislação o que os juizes já vêm aceitando, conforme Simon. Ele informa que o Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que os tratores não podem ser penhorados, mas um agricultor endividado que não quiser perder seu instrumento de trabalho tem de pagar advogado e entrar na Justiça. O projeto tem parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

O senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou voto em separado para excluir da proibição de penhora os tratores e equipamentos agrícolas que tenham sido financiados por bancos e ainda estejam garantindo a operação de empréstimo. Parga pondera que, se o projeto de Simon for aprovado, os bancos não terão mais interesse em financiar tratores e máquinas agrícolas, pois seu risco se tornará elevado.

A CCJ deve discutir ainda projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que acrescenta um item ao Código de Trânsito Brasileiro para incluir entre as infrações o transporte de bebidas alcoólicas na cabine de passageiro dos veículos. Se a mudança for aprovada, o motorista flagrado com bebidas receberá uma multa de nível "gravíssimo" e ainda terá o veículo retido. Lobão argumenta que se trata de medida de prudência que não fere a liberdade individual, pois a bebida poderá ser transportada no bagageiro. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Para Tebet, Congresso suspenderá ato do TSE

Presidente do Senado disse que decisão sobre coligações gerou confusão no meio político, mas entende que ainda há tempo para corrigi-la. Já aprovado pelo Senado, projeto de decreto legislativo aguarda deliberação da Câmara



Na reunião de amanhã, Comissão de Relações Exteriores também vai examinar indicação de embaixadores do Brasil na Eslováquia e no Camboja

Comissão vota retirada de condecoração a Fujimori

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para deliberar sobre sete projetos de decretos legislativos, entre os quais o que anula o ato do governo brasileiro que concedeu ao ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor do projeto, a manutenção dessa honraria constitui uma afronta ao povo brasileiro.

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), a comissão também vai analisar o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a auditoria feita nas

embaixadas do Brasil em Helsínki, Kiev, Ancara e Atenas.

A CRE vai analisar ainda a mensagem presidencial que indica o nome do diplomata Roberto Pinto para desempenhar a função de embaixador do Brasil na República Eslovaca, cumulativamente com o desempenho do mesmo cargo junto às Repúblicas da Áustria e da Croácia.

Também será submetido ao exame da comissão o nome do diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para exercer a função de embaixador do Brasil no Reino do Camboja, cumulativamente com os cargos de embaixador nos reinos de Mianmar e da Tailândia.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse, em entrevista, acreditar na aprovação do projeto de decreto legislativo suspendendo a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condicionou as alianças partidárias estaduais às realizadas no plano nacional, conhecida como verticalização das

coligações. A matéria já foi aprovada no Senado e Tebet espera que



Ramez Tebet espera que a Câmara se pronuncie o mais rápido possível

os deputados se pronunciem sobre ela o mais rápido possível:

— Eu acho que a Câmara deve decidir, sim ou não, mas deve decidir, até por consideração ao Senado, porque a matéria está lá para ser votada — observou.

Para Ramez Tebet, a decisão do TSE “gerou confusão” no meio político, mas há

tempo para corrigi-la.

— Tanto gerou confusão que o assunto está em discussão no Congresso. Se as regras que regulamentaram as eleições de 1998 estivessem em vigor, ninguém estaria aqui discutindo: isso é a prova de que gerou confusão — afirmou.

O projeto de decreto legislativo, apresentado pelo líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. Tebet garante que existem pareceres jurídicos assegurando a viabilidade jurídica da utilização do decreto legislativo para o caso.

Otávio: as regras eleitorais já estão definidas

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou na sexta-feira, em Plenário, que a manutenção da verticalização das coligações partidárias pelo Supremo Tribunal Federal (STF) consolida as normas que regerão as eleições de 2002. Na sua opinião, não há mais espaço para mudança das regras eleitorais nem para o recurso a algum “jeitinho”.

— Tem jeitinho para muita coisa, desde que dentro dos princípios legais. Daqui para a frente vale a verticalização das eleições. Não tem mais jeito, não adianta pensar, como alguns jornalistas disseram, que vai haver voto camarão — afirmou.

Otávio disse que sempre teve certeza de que o STF manteria a decisão tomada anteriormente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segundo a qual as coligações

feitas para as eleições à Presidência da República devem ser mantidas nas eleições estaduais. Essa norma, chamada verticalização, foi adotada pelo TSE após consulta feita ao tribunal pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

Para o senador, a decisão do Supremo terá grande influência sobre os resultados dos pleitos nos estados. Candidatos às eleições estaduais filiados a partidos que não venham a compor coligações nacionais poderão pressionar seus partidos a desistir de uma candidatura própria ao Palácio do Planalto — disse o senador.

— Isso também é bom, porque



Luiz Otávio defende adoção, pelo Congresso, de normas permanentes

alguns achavam que bastava contar com um salvador da pátria, um candidato que viesse pelo populismo — disse.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou ter ficado surpreso com a decisão do STF. Na sua opinião, o país deu o primeiro passo em

busca de uma verdadeira reforma política e partidária.

— Doravante, o Congresso deveria se debruçar sobre a elaboração de um código político e partidário que dure tanto tempo quanto possível, pois não é salutar que a cada ano se elabore uma nova lei eleitoral — afirmou.

Valadares defende PEC contra verticalização

Sem entrar no mérito da decisão do Supremo Tribunal Federal que manteve a resolução do Tribunal Superior Eleitoral de verticalização das coligações, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou o Congresso, em discurso na sexta-feira, “a assumir a responsabilidade” de anular essa nova regra eleitoral.

Na sua opinião, o caminho mais viável seria a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que confere autonomia aos partidos para definir alianças distintas nos âmbitos estado-



Segundo Valadares, há quórum suficiente para aprovação da proposta

al e federal. Pelos cálculos do senador sergipano, seria possível obter o apoio de cerca de 51 senadores e de 348 deputados federais à aprovação da PEC. Esse é o quórum superior ao mínimo exigido para admissão de mudanças na Constituição.

DECRETO LEGISLATIVO

A derrubada da verticalização das alianças partidárias também é prevista em projeto de decreto legislativo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), já aprovado no Plenário do Senado e em tra-

mitação na Câmara. Mas Antonio Carlos Valadares mostra-se cético quanto ao acolhimento da iniciativa pelos deputados, tendo em vista opiniões contrárias e vícios de constitucionalidade apontados.

A descrença de Valadares quanto à aprovação desse projeto é compartilhada pelo vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), que também vê na PEC o “remédio jurídico” para cancelar a verticalização.

— Apesar de essa regra ser importante, acho que só deveria valer na próxima eleição — declarou.

Jucá contestou ainda insinuações de que o governo tenha interferido nas decisões do TSE e do STF sobre as coligações.

Ande por dentro da Política Brasileira
Visite o Senado Federal

Você pode participar do Programa **Visite o Senado**, e ser recebido por profissionais de Relações Públicas. Eles o acompanham durante a visita pelas instalações do Senado Federal, esclarecendo e informando sobre a trajetória histórica, política e social desta Casa Legislativa.

Horários
2ª e 6ª feiras
Planalto: 09h30min, 10h30min e 11h30min
Torre: 14h30min, 15h30min e 16h30min
Salão, Domingos e Feriados
10h, 11h, 12h, 13h e 14h

De 2ª a 6ª feira não é permitido o acesso a visitantes de shorts, bermudas e camisetas sem mangas.

O agendamento de grupos deve ser feito de 2ª a 6ª feira (para telefones: (61) 311-0943 ou 311-0944)

WISITE O SENADO

Emilia aplaude nova regra para pagamento de dívida gaúcha

Senadora comemora aprovação de projeto que permitirá ao governo do Rio Grande do Sul investir em áreas como saúde e educação

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) comemorou a aprovação, na última quinta-feira, do projeto que permite ao Rio Grande do Sul deduzir, do limite máximo de comprometimento da receita com o pagamento de sua dívida, os desembolsos feitos para o pagamento de precatórios judiciais. Os recursos, salientou a senadora, permitirão ao governo aumentar os investimentos em áreas sociais.

— Esse dinheiro é necessário para o povo gaúcho, para a aplicação na educação, na saúde e no



Emilia agradeceu apoio dos senadores em nome do povo gaúcho

encaminhamento de projetos de maior relevância que o Rio Grande do Sul, por meio do governo Olívio Dutra, vem desenvolvendo no nosso estado — disse Emilia.

A senadora fez questão de frisar a legitimidade dos títulos públicos emitidos pelo governo gaúcho, atestada inclusive pela CPI dos Precatórios, em 1997. “A comissão constatou uma série de irregularidades e, mais do que isso, uma cadeia que se montava nacionalmente para fraudar precatórios e, portanto, retirar di-

nheiro público para uma fonte de corrupção”, lembrou.

Emilia também defendeu uma reavaliação do limite máximo do comprometimento da receita real do Rio Grande do Sul. Ela disse que há recursos da ordem de R\$ 53 milhões que ficaram fora da renegociação global das dívidas do estado e que são importantes para a manutenção dos investimentos pelo governo.

Em nome do povo gaúcho, Emilia agradeceu o apoio dos senadores à aprovação do projeto, votado em regime de urgência

— Pela importância da matéria e pelas tratativas feitas muitas vezes junto a Romero Jucá (PSDB-RR), relator da matéria, agradecemos em nome do povo gaúcho — disse.

Francelino cobra recuperação de estradas em Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apelou ao governo federal para que seja feita recuperação da rodovia que liga a cidade de Almenara, no médio Jequitinhonha, à de Salto da Divisa, no norte de Minas Gerais. Segundo ele, a população da região sofre com a situação precária do trecho, de cerca de 100 quilômetros.

Francelino disse que a ligação entre Porto Seguro (BA) e Salto da Divisa, que fica na fronteira com a Bahia, está plenamente asfaltada, mas, a partir daí, até Almenara, a rodovia está em péssimas condições para o tráfego de automóveis. A estrada entre a BR

116 e Almenara, asfaltada quando o senador foi governador, também está, de acordo com suas informações, praticamente inviável para tráfego.

— Apelo ao governo federal para que o trecho entre Almenara e Salto da Divisa seja colocado em obras. Atualmente, é necessário fazer uma volta de 11 horas, mas com o trecho recuperado, o trajeto pode ser percorrido em pouco mais de uma hora — reclamou o senador.



Francelino: população sofre com situação precária de rodovia

A situação que registrou foi analisada no 2º Encontro das Estradas — A Integração do Brasil, encerrado em Montes Claros (MG), na última sexta-feira. O senador informou que o encontro reuniu lideranças, parlamentares, empresários da

região para discutir a recuperação — e a construção — de rodovias para integração da Região Nordeste com o Centro-Sul do país.

Hidrelétricas devem evitar apagão, diz Patrocínio

O Brasil poderá, dentro de três ou quatro anos, livrar-se do risco de apagão, com a entrada em operação de novas hidrelétricas que estão sendo projetadas e construídas no Tocantins — afirmou Carlos Patrocínio (PTB-TO).

A fim de que isso ocorra, contudo, o senador ressaltou ser necessário um esforço nacional para a eliminação de alguns obstáculos ao pleno desenvolvimento dos projetos de geração e distribuição de energia. Ele destacou alguns empecilhos vindos de



Patrocínio: obstáculos retardam obras

decisões judiciais e de órgãos públicos, e outros vindos até da Constituição, como “a decisão de punir os estados produtores de energia” com a perda do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os estados consumidores.

Além das hidrelétricas de Serra Quebrada, Estreito, Tupiratins, Lajeado, Ipueiras, Peixe e São Salvador, o estado do Tocantins abrigará, ainda, as hidrelétricas de Marabá, Novo Acordo, Araguaia e Santa Isabel nos rios Tocantins

e Araguaia, totalizando investimentos da ordem de R\$ 15,5 bilhões e uma geração de energia da ordem de 11 mil MW (megawatts), para beneficiar um total de 30 milhões de consumidores.

Praticamente todos esses empreendimentos, segundo explicou Patrocínio, serão de natureza privada. As empresas, contudo, vêm encontrando dificuldades para a execução dos seus projetos, algumas geradas por “decisões descontraídas” da Justiça, outras por “medidas contraditórias” adotadas por organismos governamentais, “que parecem não se entender”, comentou.

BALANÇO

Senado aprovou compensação para perdas com racionamento

Medida provisória compensando as concessionárias de energia elétrica pelas perdas decorrentes do racionamento do ano passado e a criação de quatro tribunais regionais federais no país marcaram as votações do Senado na semana que passou. O Plenário realizou também audiência pública com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, com quem inúmeros senadores discutiram como o Brasil está se preparando para enfrentar a guerra comercial com as nações desenvolvidas.

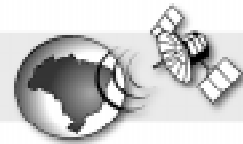
Foi autorizado um aumento de 2,9% nas tarifas de energia elétrica para as contas residenciais e de 7,9% para as contas de empresas. O reajuste, que já começou a ser cobrado, terá prazo de validade de seis anos. O Senado decidiu que as famílias pobres ficarão fora da cobrança, cabendo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informar, estado por estado, quais são as famílias pobres.

A criação de quatro Tribunais

Regionais Federais foi decidida em primeiro turno, faltando ainda ser submetida a mais um turno de votação. Foram criados os tribunais da 6ª região, com sede em Curitiba e jurisdição no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; da 7ª região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição em Minas Gerais; da 8ª região, com sede em Salvador e jurisdição na Bahia e Sergipe; e da 9ª região, com sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Amapá e Roraima.

Foram aprovados também acordos internacionais, indicações de embaixadores e projeto regulamentando o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos. O Senado aprovou ainda iniciativa deduzindo, do limite máximo de comprometimento da receita do Rio Grande do Sul com o pagamento de sua dívida, os desembolsos feitos com o resgate de títulos emitidos pelo governo gaúcho para o pagamento de precatórios judiciais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Alcoolismo — parte 1
6h30 — Cidadania — O senador Iris Rezende e o promotor Paulo Prata fazem balanço da Comissão de Segurança
7h30 — Entrevista — O senador Tião Viana fala sobre clonagem e bioética
8h — Canal do Município — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 09
8h30 — Saúde/Unip — Alcoolismo — parte 1
9h — Especial — Índios Xerentes
9h30 — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 09
10h — Seminário — O Novo Código Civil — Parte 4
11h30 — Especial — Brasília 2002
12h — Ideias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos nº 09
12h30 — Entrevista — O senador Sebastião Rocha fala sobre os concursos públicos e as cotas para negros
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 09
13h30 — Cidadania — O senador Ricardo Santos e João Baptista Herkenhoff falam sobre ética, educação e cidadania
14h20 — Senado Informa — (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária — (ao vivo)
18h30 — Canal do Município — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 09
19h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 09
19h30 — Cidadania — O senador Lúcio Alcântara e o professor Rui Nogueira falam sobre Universidade

Pública
20h30 — Entrevista — O senador Pedro Simon fala sobre a Lei do Registro Único
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária — (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música e informação
7h30 — Programa Fala Cidadão
Em seguida — Música e informação
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
13h — Programa Fala Cidadão
Em seguida — Música e informação
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
18h30 — Programa Fala Cidadão
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
21h — Programa Fala Cidadão
Em seguida — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Programa Vozes do Século XX (reprise)

RÁDIO SENADO ONDAS CURTAS

(Transmitindo para a Região Norte/Nordeste/Centro-Oeste e Norte de Minas na Frequência de 5990 KHz, na Faixa de 49 metros)
7h — Revista Coisas do Brasil
8h/23h — Transmissão em cadeia com a Rádio Senado FM

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Lobão presta homenagem aos trabalhadores

Antecipando-se ao feriado de 1º de maio, senador traça histórico de lutas operárias em todo o mundo e lembra que comemorações tiveram início há 112 anos, como homenagem às vítimas do massacre de Chicago

O senador Edison Lobão (PFL-MA) prestou na sexta-feira homenagem aos trabalhadores do Brasil, antecipando-se ao feriado de 1º de maio. Ao traçar um histórico de lutas operárias em todo o mundo, ele observou que as mudanças ocorridas na economia levaram à revisão do próprio conceito de trabalhador.

— Esse conceito não mais se restringe ao operário clássico. Hoje, o setor terciário abriga mais mão-de-obra do que qualquer outro, e

são trabalhadores o feirante, o artista, o técnico em informática e tantos outros — afirmou Lobão.

O senador recordou que as comemorações pelo 1º de maio começaram há 112 anos, como homenagem a trabalhadores que foram vítimas, no ano anterior, de uma carnificina ocorrida em Chicago, por terem reivindicado redução na jornada de trabalho.

A cada 1º de maio, lembrou o senador, novas reivindicações entraram em pauta, ao longo dos

últimos anos, como a liberdade para os sindicatos, o descanso semanal remunerado, as férias e o salário mínimo. A data, disse Lobão, converteu-se em “símbolo da luta” dos trabalhadores.

O senador registrou que ocorreu em 1895 a primeira celebração, no Brasil, do 1º de maio, no Centro Socialista de Santos. Mas foram necessários ainda 30 anos, relatou, para que o então presidente Artur Bernardes assinasse decreto estabelecendo a data

como Dia do Trabalhador. A celebração ganhou mais importância no país, afirmou Lobão, durante o governo de Getúlio Vargas, que sempre anunciava nessa data medidas reivindicadas pelos trabalhadores, como o salário mínimo.



José Cruz

Edison Lobão: conceito de trabalhador não mais se restringe ao operário clássico

Mudanças no FGTS geram audiências

Uma audiência pública e uma reunião para votação de extensa pauta marcam a semana da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Logo após a Ordem do Dia de amanhã, os integrantes da comissão ouvem o diretor de Transferência de Benefícios da Caixa Econômica Federal, José Renato Lima, o secretário-executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Paulo Eduardo Cabral Furtado, e o representante da sociedade no Grupo de Apoio ao Conselho Curador do FGTS, André Luiz de Souza.

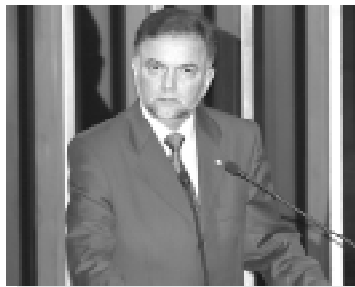
O requerimento para a vinda dos três foi apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). A audiência servirá para debater

oito projetos de lei do Senado que alteram a legislação sobre o FGTS.

Nesta quarta-feira, às 9h, a CAS se reúne para votar, entre outras matérias, o projeto de lei que trata da comercialização de substitutos do leite materno e de artigos de puericultura. O relator, senador e pediatra Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou substitutivo ao texto original, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). A proposição tramita em decisão terminativa, ou seja, cabe à CAS dar a decisão final do Senado sobre o assunto, a não ser que seja apresentado requerimento para que a matéria seja submetida à avaliação do Plenário.

Também em decisão terminativa

está projeto de Romeu Tuma (PFL-SP) que permite ao portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Outra proposição que pode ter na CAS sua tramitação final é o projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da reprodução assistida. Completa a relação o projeto de lei que permite a concessão do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal e ao beneficiador de produtos da floresta durante o período em que o trabalhador estiver impedido de exercer sua atividade. A proposta é de autoria dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC).



Roosevelt Pinheiro

Benício Sampaio é relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

dos do Executivo, feita pelo então ministro da Justiça Nelson Jobim, a intenção do projeto é “direcionar a atividade estatal para o incentivo da criação e consolidação das cooperativas educacionais e de trabalho, cujos cooperativados sejam integrantes de comunidades carentes ou de associações voltadas à formação profissional e à geração de empregos em zonas de baixa renda”. No parecer favorável de Osmar Dias aprovado pela CCJ, o senador diz que a proposta ajudará na redução das desigualdades sociais.

necimento de bens e serviços.

O projeto altera ainda a Lei de Licitações, permitindo a dispensa para a contratação ou aquisição de bens e serviços de cooperativas de trabalho por um período de três anos. A dispensa da licitação, conforme emenda apresentada à proposta por Osmar Dias na CCJ, só se dará se a cooperativa estiver sendo capacitada em programas e projetos de incentivo promovidos pela administração pública.

Não serão dispensadas da licitação, conforme o projeto, as cooperativas e associações cujo quadro social tenha em sua composição mais de 10% de associados que tenham pertencido a outras cooperativas e associações já contempladas anteriormente com a referida dispensa.

Segundo a exposição de moti-

BALANÇO

Cota para negros foi um dos temas da semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na semana passada dezenas de projetos de lei, com destaque para a criação da cota para negros e pardos, de 20% das vagas em concursos públicos, nas universidades e nos contratos de crédito educativo pelos próximos 50 anos. A proposta é de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) e o substitutivo aprovado, do relator Sebastião Rocha (PDT-AP), deverá ser votado em turno suplementar nesta semana. Caso aprovado, o projeto deve seguir direto para a Câmara dos Deputados, pois tem caráter terminativo.

Outro projeto aprovado pela CCJ, que teve como relator Iris Rezende (PMDB-GO), permite ao juiz, em caso de crime caracterizado por violência doméstica, determinar ao agressor que se afaste da convivência com a vítima, antes da conciliação ou do julgamento final do processo. O combate à pedofilia também recebeu reforço com a aprovação de substitutivo ao projeto do senador Ramez Tebet, presidente do Senado, que tramita em conjunto com outros dois projetos sobre o mesmo assunto, de autoria de Romero Jucá (PSDB-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

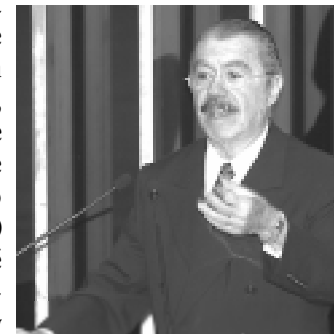
A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), por sua vez, aprovou resolução para que o Tribunal de Contas da União (TCU) investi-

gue todos os contratos firmados entre os órgãos da administração federal e a Fence Consultoria Empresarial, empresa que realiza trabalhos de varredura de telefones. Ainda foi aprovado requerimento de convocação do ministro da Saúde, Barjas Negri, para explicar, em audiência pública, a epidemia de dengue no país.

A Comissão de Educação (CE)

aprovou projeto do então senador Vasco Furlan (PFL-SC) que institui 23 de julho como o Dia Nacional de Combate ao Dengue. A CE também aprovou a concessão de um canal de TV a cabo destinado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Moção de solidariedade ao diplomata José Maurício Bustani, diretor-geral da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opaq), que vem sofrendo pressão do governo norte-americano para deixar o cargo, foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A comissão também aprovou requerimento para a realização de audiência pública com os dirigentes do Movimento Shalom-Salam-Paz, Michael Haradon e Nicholas Mazen, para debaterem o conflito palestino-israelense. Na mesma linha, foi aprovado voto de censura ao governo de Israel pela invasão do Estado palestino.



Roosevelt Pinheiro

José Sarney é autor do projeto que institui cota para negros e pardos em universidades

Comissão examina projeto que estimula cooperativas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá examinar numa de suas próximas reuniões projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que trata do incentivo do poder público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas de trabalho e de associações compostas por pessoas de comunidades carentes. A matéria já foi aprovada no início do mês pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde teve como relator o senador Osmar Dias (PDT-PR). Na CAS, o relator é o senador Benício Sampaio (PPB-PI).

Pelo projeto, o poder público e as entidades e empresas por ele controladas poderão repassar às cooperativas e associações recursos financeiros, tecnológicos e materiais. Esses recursos poderão ser compensados mediante o for-

Marina pede respeito à cultura indígena

Ao assinalar a passagem do Dia do Índio, senadora protestou contra o projeto de construção de uma hidrelétrica em Mato Grosso, em área demarcada, sem cumprimento de exigências legais. Segundo ela, isso “jamais ocorreria com terras de brancos”

Ao discursar sobre o Dia do Índio, comemorado sexta-feira, a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que a cultura indígena seja tão desvalorizada hoje. Para a senadora, sempre que se escolhe uma data para uma homenagem, isso quer dizer que o objeto da homenagem é desprestigiado na sociedade: a mulher é discriminada, a floresta é tratada com descaso, o negro e o índio são desvalorizados, observou.

Marina explicou não ser contrária à política de incentivo à assimilação das comunidades indígenas pelo conjunto da sociedade – advogada por muitos – para possibilitar sua cidadania plena no país, numa etapa posterior. Ela defendeu, no entanto, que a estratégia não seja baseada na imposição dos valores culturais e econômicos do branco, mas na livre escolha do índio para aderir à cultura branca ou não.



Na opinião de Marina, índio deve escolher livremente se quer aderir à cultura branca ou não

A senadora protestou contra o projeto de construção de uma hidrelétrica em Mato Grosso, dentro de área demarcada para os índios. O projeto foi aprovado nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais antes do cumprimento das exigências da

Constituição, segundo Marina: a proposta não tem a anuência das comunidades indígenas, não tem a aprovação da Fundação Nacional do Índio e nem sequer dispõe de relatório de impacto ambiental. A decisão final do Congresso ainda não foi assegurada, mas 40% dos investimentos da obra já foram feitos, observou. Para Marina, isso espelha descaso com a terra indígena.

– Uma situação dessas jamais ocorreria com terras de brancos – salientou a senadora.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o país tem uma dívida muito grande com as comunidades indígenas, que, desde o descobrimento do Brasil, têm sido sistematicamente massacradas.

– Não podemos desfazer os erros e as omissões, mas podemos diligenciar para que tais crimes não mais se repitam – disse.

Mozarildo presta homenagem a índios e Rondon

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a passagem do Dia do Índio, comemorado sexta-feira, pedindo reflexão sobre a situação desse grupo étnico e apontando injustiças e equívocos que, em sua opinião, vêm sendo cometidos contra as comunidades indígenas ao longo da história brasileira.

O parlamentar chamou a atenção para a “excessiva intromissão” de organismos internacionais na realidade das comunidades indígenas. Para ele, a ingerência externa e a omissão das autoridades governamentais têm gerado o abandono dos índios e uma visão distorcida sobre as condições em que eles vivem.

– Existe omissão por parte dos

governos e excesso de especialistas sobre a situação indígena. São muitos os que falam por índios, mas moram no exterior ou no litoral, em Ipanema, e nunca viveram de perto o que acontece em uma tribo ou aldeia – criticou.

Mozarildo exemplificou com notícias de revistas especializadas e de jornais segundo as quais cientistas de uma organização não-governamental estariam coletando sangue de índios da reserva Ianomâmi, clandestinamente, com vistas a estudos sobre



Mozarildo: muitos falam por índios, mas moram no exterior ou no litoral

o material genético. RONDON

O senador aproveitou para elogiar o trabalho do Exército brasileiro, ressaltando o apoio da instituição às comunidades indígenas, à defesa do território nacional e à integração do país. Ele homenageou a figura

do Marechal Cândido Rondon como precursor do movimento indigenista, lembrando que foi com o militar que se iniciaram os programas sociais de apoio ao índio e que se consolidou a presença do Exército em todos os rincões do país.

Jucá saúda credibilidade da economia brasileira

Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) dando conta de que a economia brasileira está sólida e tem credibilidade junto a países do Primeiro Mundo e a grandes instituições de crédito, como o Banco Mundial, foi comentado na sexta-feira pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que destacou a projeção de crescimento de 2,5% para o Brasil.



Romero Jucá comenta relatório do FMI sobre economia brasileira

Ele observou que, enquanto a economia brasileira mostra-se estável, a da Argentina, de acordo com o relatório, deverá apresentar encolhimento de 15%. Jucá informou que o estudo do FMI compara a economia brasileira às mais estáveis do mundo. Isso, a

seu ver, deve-se à adoção de uma política econômico-financeira correta levada adiante pelo presidente

Fernando Henrique Cardoso.

EXÉRCITO E ÍNDIOS

No mesmo discurso, Jucá saudou o Dia do Exército Brasileiro e o Dia do Índio, comemorados na sexta-feira. Para ele, a coincidência de datas tem uma razão: é que a imagem do Exército está ligada à proteção dos índios brasileiros.

Com relação ao Dia do Índio, Jucá, que já foi presidente da Fundação Nacional do Índio, pregou o estabelecimento de uma política que dê melhores condições de vida às comunidades indígenas.

Classe média não é prioridade para o governo, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou a resistência do Poder Executivo em reajustar a tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) e lamentou que a classe média brasileira não se encontre entre as prioridades do governo,

a seu ver mais preocupado em cumprir as metas de superávit fiscal acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Sem conexões políticas nos círculos decisórios, sem lobby no Congresso Nacional, a classe média é presa fácil da fúria arrecadatória do governo. Um governo que dá prioridade tão absoluta às metas acertadas com o FMI e aos compromissos com os banqueiros e que não tem tempo, nem energia, para preocupar-se em prestar serviços públicos condizentes com a imensa massa de recursos extraída da sociedade – declarou.

A União, disse o senador, afirma não ter alternativa de arrecadação e ameaça transferir para os mais pobres, por meio do corte de programas sociais, a perda de



Jefferson Péres critica “tratamento duro” dado à classe média

R\$ 5,3 bilhões que teria com a correção da tabela do IRPF.

Jefferson citou artigo publicado no jornal *Gazeta Mercantil* pelo advogado Sidney Stahl para contestar as intenções do governo. Segundo dados do artigo, gran-

des proprietários rurais beneficiaram-se recentemente da decisão do governo de transferir para o Tesouro uma dívida de R\$ 10,7 bilhões, garantindo 25 anos de prazo aos ruralistas para pagá-la. “Que contraste com o duro tratamento dispensado à classe média!”, comparou o senador.

Neste ano eleitoral, disse Jefferson, as frustrações dos contribuintes serão levadas em conta no momento em que se estabelecer o “cálculo político para definir a candidatura e a plataforma eleitoral que ofereçam à classe média brasileira a oportunidade de trilhar novos caminhos, longe da insensibilidade, das agruras e dos sacrifícios impostos há vários anos pela política econômica do atual governo”.

Comissão do Mercosul discute plebiscito sobre adesão à Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) sobre projeto de decreto legislativo proposto pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que determina a convocação de plebiscito para suspender as negociações do ingresso do Brasil na



Roberto Requião preside a Comissão do Mercosul

Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelo prazo de 20 anos.

Entre outros requerimentos, também será analisado o de autoria do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), que propõe a realização de audiências públicas conjuntas da Comissão do Mercosul e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as consequências da implantação da Alca.